BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2011 DA CÂMARA MUNICPAL DE BOTICAS

MUNICÍPIO DE BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 16. MAI 2012
O Director de Departamento,
(Dr. Manuel A. S. Barreira)

1. INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Boticas apresentou o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para o exercício de 2011 o qual identificou as principais áreas sujeitas à ocorrência de atos de corrupção e os respetivos riscos, bem como, definiu um conjunto de medidas a serem adotadas pelo Município nesta matéria e os serviços responsáveis pela implementação das mesmas.

Com a identificação dos riscos e a definição de medidas para a sua minimização ou eliminação por parte da Câmara Municipal de Boticas pretende-se contribuir para uma cultura de exigência de transparência e igualdade de tratamento, tanto do lado dos munícipes como pela parte dos trabalhadores da autarquia.

A implementação destas medidas pressupõe a criação de mecanismos e a definição de procedimentos por parte dos serviços da Câmara Municipal, de modo a assegurar o desenvolvimento e controlo das atividades de forma adequada e eficiente, permitindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, e garantindo a exatidão dos registos contabilísticos e dos procedimentos de controlo a utilizar para atingir os objetivos definidos.

De acordo com o previsto no Plano, e em conformidade com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, deverá ser elaborado anualmente o Relatório de

Avaliação do Plano que expresse o grau de execução do mesmo.

Nesta conformidade, pretende-se com o presente relatório avaliar o cumprimento do Plano, com a implementação das medidas propostas e identificação de possíveis novos riscos, inerentes à atividade prosseguida por este Município. Para esse efeito, os executores do Plano irão recorrer como técnica de trabalho, à análise de informação própria e ao cruzamento de informações recolhidas.

2. O PRESENTE RELATÓRIO TERÁ SEGUINTE ESTRUTURA:

1.Análise do grau de execução das medidas propostas com vista à eliminação e/ ou minimização dos riscos identificados;

2.Conclusões.

1. Análise do grau de execução das medidas propostas com vista à eliminação e/ ou minimização dos riscos identificados;

Considerando as medidas previstas no Plano para 2011, apresenta-se de seguida o resultado da avaliação interna do Plano tendo em consideração as principais áreas de atividade, as medidas previstas para assegurar a sua implementação

Assim, foram identificadas como áreas e atividades potencialmente de risco as seguintes áreas:

a) Departamento de Fomento e Administração de Território (DFAT);
b) Departamento Administrativo e Financeiro (DAF);
c) Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (DACP);
d) Divisão Ação Social e Educação;
e) Divisão de Serviços de Urbanismo e Licenciamentos;
f) Divisão de Planeamento Estratégico (DPE);
g) Divisão Jurídica;
h) Divisão de Serviços Operativos (DSO);
i) Gabinete Apoio Pessoal e Gabinete de Apoio às Freguesias;
j) Serviços Veterinários Municipais e Serviço Municipal de Proteção Civil;
k) Gabinete Informática;

a)Departamento de Fomento e Administração de Território

No que toca a este Departamento, foram apontados vários riscos como sendo de *"improvável risco"*, verificando-se que as medidas propostas para a eliminação dos mesmos se vão implementando a cada dia, paulatinamente e de acordo com o surgimento das situações.

Os técnicos responsáveis pelas obras Publicas, estão sensibilizados para uma maior atuação de rigor - as visitas às obras, para além de serem efetuadas na maioria das vezes por dois técnicos, (por forma avaliarem melhor a obra, permitindo assim a troca de opiniões), são efetuadas com maior regularidade (por forma a avaliar melhor os

F. Silva

prazos e os custos que lhe estão inerentes e atenção a eventuais derrapagens que possam surgir em relação ao inicialmente previsto).

Os técnicos foram sensibilizados para o respeito rigoroso pelos trâmites e documentos obrigatórios a emitir nas várias fases do processo, sendo que, também foram alertados, para a rigorosa organização de toda a documentação relativa aos processos, de maneira a localizar de forma rápida e eficaz as informações solicitadas

Procedeu-se à verificação da existência de acumulação de funções no privado (por forma a evitar situações de favorecimento ou desfavorecimento) e que possam comprometer a isenção e a imparcialidade na abordagem dos processos.

b)Departamento Administrativo e Financeiro (DAF): Serviços Administrativos; Serviços de Contabilidade; Serviços Pessoal;

Quanto a este Departamento, (onde se encontra sob a sua dependência hierárquica os serviços administrativos, contabilidade, Pessoal e Tesouraria),foram também apontados vários riscos como sendo de "*pouco prováveis / inexistentes*", verificando-se que como forma de prevenção foram mantidas as propostas de medidas do plano de 2010.

Assim, denota-se que há um reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas.

Na área Administrativa, reforçou-se o acompanhamento e monitorização da execução das tarefas, bem como foram os trabalhadores sensibilizados para os principios gerais da

atividade administrativa (Carta Ética da Administração Pública, Código Conduta).

Nos serviços de Contabilidade e Tesouraria, foram exigidos e elevados os padrões de desempenho, no sentido de rigor, de forma a evitar falhas nos procedimentos (numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas), nomeadamente nas verificações do adequado cabimento e autorizações e das obrigações legais por parte dos fornecedores. Maior responsabilização dos trabalhadores.

Nos serviços de Pessoal, também foram exigidos e elevados os padrões de desempenho, no sentido de rigor, de forma a evitar falhas - quer em pagamentos indevidos (abonos, remunerações, despesas ADSE, ajudas de custo), quer no sistema de gestão da assiduidade, quer na beneficiação nos regimes de acumulação de funções, ferias e faltas.

c)Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (DACP)

No que toca a esta Divisão e, apesar da área ser de "*improvável risco*", optou-se por manter para o ano de 2011 (como forma de prevenção), as medidas propostas para o plano que vigorou em 2010, pelo que, atualmente as medidas que ainda não tinham sido implementadas, encontram-se em implementação de forma progressiva e gradual, considerando-se no entanto, que a maioria delas já se encontram promovidas.

Verificou-se um maior rigor no desenvolvimento de todos os procedimentos relativos à área de aprovisionamento e património. Verifica-se o contínuo rigor no controle de compras e os seus procedimentos legais.

d)Divisão Ação Social e Educação:

No âmbito desta Divisão, foi identificado como *"muito pouco provavel"*, o risco pela inexistência de instrumento que estabelecesse as regras de atribuição de benefícios públicos, bem como, atribuição para o órgão singular.

Neste contexto foi elaborado, aprovado e publicado o *"Regulamento de apoio às iniciativas culturais, desportivas, cooperativas ou outras"* que veio disciplinar a concessão, pela Câmara Municipal, de apoios a entidades e organismos, que prossigam no concelho de Boticas fins de interesse público, designadamente nas áreas da cultura e recreio, da ocupação dos tempos livres, da educação, da saúde e da solidariedade social, pelo que todos os benefícios serão atribuídos através de protocolos ou contratos programa.

Encontra-se em implementação a medida proposta para o risco apontado como pouco provável no que diz respeito à inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de benefícios.

e)Divisão de Serviços de Urbanismo e Licenciamentos

Relativamente a esta Divisão foram apontados alguns riscos como *"pouco prováveis"*, sendo que, já se implementaram no decorrer do ano 2011 a maioria das medidas referidas nomeadamente:

a) A verificação da existência de acumulação de funções privadas e criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas, dos intervenientes nos

procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas;

b) Implementação de um sistema de rotatividade, criação de regras de distribuição de processos que garantem que a um determinado técnico, não seja cometido de forma continuada processos de determinada zona (conforme despacho rotatividade de rotatividade de funções);

c) Existência de um gestor de procedimentos e que o mesmo não esteja envolvido no processo de decisão;

d) Disponibilização em local visível os meios de reação ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora;

e) Informação visível relativa à existência do livro de reclamações no serviço;

f) Disponibilização de formulários tipo relativos aos pedidos de licenciamento e/ ou autorização, bem como de reclamações;

Na generalidade as medidas a adotar foram implementadas, devendo no entanto, manter-se a chamada de atenção para a sua continua implementação/adoção, para que as mesmas se firmem e solidifiquem.

Neste sentido, na generalidade as medidas a adotar foram implementadas, devendo no entanto, manter-se a chamada de atenção para a sua continua implementação, por forma a que as mesmas se firmem e solidifiquem.

 F.Sirim

f)Divisão de Planeamento Estratégico (DPE)

No que toca a esta Divisão e, apesar da área ser de "*improvável risco*", optou-se por manter para o ano de 2011 (como forma de prevenção), as medidas propostas para o plano que vigorou no ano anterior, pelo que, atualmente as medidas que ainda não tinham sido implementadas, encontram-se em implementação de forma progressiva e gradual, considerando-se no entanto, que a maioria das mesmas já se encontram implementadas.

Os Técnicos responsáveis por esta área, estão sensibilizados para os riscos apontados (ainda que improváveis), pelo que, atuam de acordo para a prevenção dos mesmos.

g) Divisão Jurídica

Relativamente a esta Divisão, e apesar de se considerar no plano como área de "improvável risco", também se optou por manter as medidas do ano anterior, sendo que há medidas referidas que são (atualmente) impossíveis de implementar, nomeadamente: "*mecanismos de controlo a vários níveis, com segregação de funções e diferentes níveis de decisão e crivagem de pareceres*", dado que só há um trabalhador/jurista afeto a essa divisão.

Quanto às outras medidas, há um contínuo esforço na sua implementação e execução.

h)Divisão de Serviços Operativos (DSO)

No que toca a esta Divisão e, apesar da área ser de "*Inexistente*", optou-se por manter para o ano de 2011 (como forma de prevenção), as medidas propostas para o plano em 2010, pelo que, atualmente as medidas que ainda não tinham sido implementadas, encontram-se em implementação de forma progressiva e gradual, considerando-se no entanto, que a maioria delas mesmas já se encontram promovidas.

Neste sentido, na generalidade as medidas a adotar foram implementadas, devendo no entanto, manter-se a chamada de atenção para a sua continua implementação, por forma a que as mesmas se firmem e solidifiquem.

i)Gabinete Apoio Pessoal e Gabinete Apoio às Freguesias

Relativamente a estes Gabinetes, verificou-se no relatório efetuado em 2011, de que os riscos apontados eram muito pouco prováveis/inexistentes e, apesar da sua não verificação, mantiveram-se as medidas apontadas no plano 2010 (como forma de prevenção).

Os responsáveis pela implementação/ manutenção das medidas, estão sensibilizados para as consequências da corrupção e infrações conexas, bem como estão sensibilizados pelo respeito pelo sigilo profissional.

F. Sim

j)Serviços Veterinários Municipais e Serviço Municipal de Proteção Civil

Também nestes serviços se verificou (no anterior relatório) a inexistência dos riscos apontados, pelo que, apenas se mantiveram os riscos e as medidas propostas como forma de prevenção e chamada de atenção.

Os técnicos /responsáveis pelos serviços foram sensibilizados para as consequências da corrupção e infrações conexas, bem como, foram alvo de divulgação do regime de acumulação de funções e impedimentos.

k)Gabinete Informática

Relativamente a este Gabinete, verificou-se no relatório efetuado em 2011, de que os riscos apontados eram muito pouco prováveis/inexistentes e, apesar da sua não verificação, mantiveram-se as medidas apontadas no plano 2010 (como forma de prevenção).

Tem-se proporcionado aos técnicos/trabalhadora formação adequada de maneira a poderem manusear convenientemente as aplicações informáticas, imprescindíveis para o correto registo de documentos e diminuir probabilidades de erro.

Tem-se garantido que as aplicações informáticas funcionem (a todos os níveis- atendimento e expediente; gestão e aprovisionamento; gestão pessoal; gestão obras públicas e orçamento) de modo a que possa consultar-se a qualquer momento, qualquer tipo de informação necessária.

2. Conclusões

Após a análise e o grau de concretização das medidas propostas para eliminação dos riscos no plano de 2011 identificados, podemos concluir que essa implementação foi feita com sucesso nas áreas acima mencionadas, tendo originado a eliminação e/ ou menorização dos mesmos.

Convém relembrar também que, para o controlo e monitorização do Plano foram implementados novos meios informáticos, redefinidos procedimentos de controlo mais exigentes pelos responsáveis, conduzindo assim a um incremento substancial no assegurar do desenvolvimento e controlo das atividades, de forma adequada e eficiente, de modo a afastar e detetar situações de ilegalidade, fraude e erro. Por outro lado, as medidas corretivas adotadas, garantem também a salvaguarda dos ativos do Município de Boticas e promovem, cada vez mais, uma maior exatidão de todos os registos e procedimentos de controlo, com vista a atingir os objetivos de uma gestão transparente, isenta, rigorosa em cada setor de atividade do Município.

Destaca-se, ainda, que a Câmara Municipal de Boticas, consciente da importância crescente que a problemática da corrupção e infrações conexas assume no panorama nacional, previu a criação de um Gabinete de Auditoria (o qual ainda não conseguiu implementar, dadas as circunstancias da conjuntura atual)mas que o fará logo que se considere possível a sua implementação.

Boticas, Maio 2012

Os elaboradores do relatório,

Filipe Silva, Técnico Superior
FILIPE SILVA

Gabriela Fernandes, Técnica Superior